



Ofício nº : 477/2022/GC/VA

Cuiabá-MT, 12 de julho de 2022

A Sua Excelência o Senhor  
Irineu Marcos Parmeggiani  
Prefeito Municipal  
Campos de Júlio – MT  
Assunto: Contas Anuais de Governo – Processo nº 412430/2021

Senhor Prefeito,

Com vistas à permitir exame mais apurado das contas de governo, do exercício de 2021, notifico Vossa Excelência, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente esclarecimentos sobre o comportamento em 2021, das receitas provenientes da arrecadação do **ISSQN**, e das multas e juros de tributos, em comparação a série histórica.

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA - RTP	2018	2019	2020	2021	% (RECEITA PRÓPRIA - 2021/ RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA - 2021)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>7.162.008,05</b>	<b>9.089.324,02</b>	<b>7.994.662,32</b>	<b>6.675.218,67</b>	<b>8,15%</b>
IPTU	400.851,37	426.002,16	411.840,57	661.776,34	0,81%
IRRF	1.640.159,94	1.637.969,80	1.812.976,46	2.362.103,67	2,88%
ISSQN	2.948.055,81	3.395.831,61	3.301.582,60	568.717,98	0,69%
ITBI	1.524.895,99	2.645.261,71	1.368.246,03	1.874.030,85	2,29%
Taxas	648.044,94	984.258,74	806.191,60	1.127.707,57	1,38%
Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	293.825,06	80.882,26	0,10%
<b>Multas e Juros de Tributos</b>	<b>43.926,10</b>	<b>66.884,21</b>	<b>120.965,90</b>	<b>5.032.981,90</b>	<b>6,14%</b>
<b>Dívida Ativa</b>	<b>298.515,67</b>	<b>288.107,82</b>	<b>323.948,05</b>	<b>1.183.816,84</b>	<b>1,44%</b>
<b>Multas e Juros Dívida Ativa</b>	<b>8.123,67</b>	<b>9.958,37</b>	<b>61.121,99</b>	<b>87.744,32</b>	<b>0,11%</b>
<b>Total</b>	<b>7.512.573,49</b>	<b>9.454.274,42</b>	<b>8.500.698,26</b>	<b>12.979.761,73</b>	

Os documentos de manifestação deverão ser encaminhados à Gerência de Protocolo, conforme Resolução Normativa nº 003/2015 do Manual de Orientação – 5ª Versão, que regulamenta o envio de documentos a este Tribunal de Contas, disponível no endereço eletrônico: <http://www.tce.mt.gov.br/legislacao?categoria=12>.

Atenciosamente.

(assinatura digital)<sup>1</sup>  
**VALTER ALBANO**  
Conselheiro

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

